



VULNERABILIDADE ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANO PANDÊMICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Maria Eugenia de Oliveira Bezerra¹
bezerraeugenia22@gmail.com
Livia Guedes Moreira Sandes¹
liviaguedesmima@gmail.com
Helen Rebeca Fonseca Silva¹
rebecasilva9993@gmail.com
Andresa Lira Silva¹
andresalira5@gmail.com

¹ Centro Universitário FIS - UNIFIS

INTRODUÇÃO

Embora a Constituição Federal de 1988 garanta o direito à propriedade das terras quilombolas, a implementação dessa garantia é limitada, em Pernambuco, apenas duas comunidades quilombolas possuem titulação oficial, o Quilombo de Castainho e o de Conceição das Crioulas, respectivamente localizados na zona rural de Garanhuns e Salgueiro, o que restringe o acesso a recursos e sua autonomia alimentar (Fundação de Palmares, 2022). Conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), é essencial que todos tenham acesso a alimentos adequados em quantidade suficiente, respeitando os hábitos culturais e sem comprometer outras necessidades cotidianas (Brasil, 2006).

A pandemia de COVID-19, causada pelo SARS-CoV-2, trouxe consequências sociais, econômicas e políticas para o Brasil, agravando a insegurança alimentar e nutricional (ISAN) que já estava em ascensão anteriormente (Brasil, 2021). A ISAN, definida como a incerteza sobre a disponibilidade de alimentos, apontou uma redução no consumo alimentar em muitos domicílios (IBGE, 2020). A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2017-2018, revelou que 41% da população já enfrentava insegurança alimentar (IBGE, 2020). Segundo Galindo *et al.*, 2021, durante a pandemia, esse número aumentou, com 116,8 milhões de brasileiros enfrentando ISAN no final de 2020, e 19 milhões em situação de fome.

O impacto foi severo para as populações vulneráveis, como as comunidades quilombolas de Pernambuco, que têm uma história de opressão social, resultando em dificuldades de acesso aos alimentos (Brasil, 2003). Durante a pandemia, as comunidades enfrentaram desafios devido ao isolamento social, aumentando a vulnerabilidade ao vírus (Brasil, 2021). Em resposta, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) emitiu a nota técnica nº 01/2020, solicitando medidas de enfrentamento à COVID-19 nas comunidades quilombolas. Este estudo busca analisar a insegurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas de Pernambuco durante a pandemia, de modo a contribuir para o crescimento de estudos sobre essa temática.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é identificar lacunas relacionadas aos fatores socioeconômicos e estratégias para o enfrentar a insegurança alimentar em populações quilombolas de Pernambuco, de modo a fortalecer a soberania alimentar e o bem-estar das comunidades.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo é uma revisão de literatura integrativa de artigos científicos e análise de documentos, através de portarias e outros documentos oficiais. O processo foi direcionado em quatro etapas: elaboração do tema, pesquisa bibliográfica, organização dos dados e interpretação dos resultados. As buscas foram realizadas nas seguintes bases de pesquisa: Biblioteca Virtual em Saúde, SCIELO, MedLine, A Organização Pan-Americana da Saúde (PAHO), MedCarib e Acervo da Biblioteca FioCruz, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: quilombolas, pandemia, insegurança alimentar e políticas públicas.



Incluíram-se artigos de periódicos nacionais e revistas, pesquisa realizada em Pernambuco, associação entre os descritores, no período de 2012 a 2022, que sejam textos completos e acesso livre online. Excluíram-se do estudo: artigos publicados em anais de congresso e jornais. Os dados coletados foram dispostos em tabelas, as contendo informações relevantes como: título, autor, ano e resumo, periódico e revista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, analisou-se que após a suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia, o governo brasileiro conservou o fornecimento de alimentos por meio de kits e auxílio financeiro (Gurgel, 2020). Entretanto, revelaram-se preocupações quanto aos critérios de distribuição adotados e qualidade dos gêneros ofertados, sobretudo para as comunidades mais vulneráveis, nas quais houve o agravamento da ISAN devido à falta de acessibilidade (Sanchez, 2020). Secundário a isso, vê-se que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que objetiva apoiar a agricultura familiar e garantir a SAN foi prejudicado tanto pela desarticulação política, quanto pelo desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que influenciou diretamente a eficiência do programa em beneficiar os quilombos (Santos, 2021).

Alpino (2020) e Santos et al. (2021) evidenciam que a diminuição dos recursos e as alterações na gestão do PAA ocasionaram perdas na produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, afetando o abastecimento alimentar. Por conseguinte, os programas de transferência de renda, instalados para aliviar os efeitos socioeconômicos da pandemia, enfrentaram desafios logísticos, como a dificuldade de acesso aos benefícios por parte das comunidades quilombolas, que, em muitos casos, estavam localizadas em áreas remotas com infraestrutura insuficiente (Santos et al., 2021).

A falta de transporte e o risco de contágio dificultaram ainda mais o acesso ao auxílio emergencial, agravando a situação de vulnerabilidade dessas populações (Pereira, 2020; Alpino et al., 2020). Por último, refere-se à certificação das comunidades quilombolas, que, apesar de garantida pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988), ainda enfrenta diversos desafios, com poucas comunidades oficialmente reconhecidas (Lima, 2021). Durante a pandemia, a omissão do Estado em implementar políticas públicas específicas para essas comunidades aumentou sua vulnerabilidade, especialmente em face das ameaças de remoção de seus territórios, que possuem grande importância cultural, social e econômica para os quilombolas (Wille, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas governamentais durante a pandemia do COVID19 foram insuficientes para aplacar a ISAN de comunidades tradicionais em Pernambuco, principalmente aos quilombolas. Embora programas como Renda Básica Emergencial, PAA, auxílio financeiro emergencial, doação emergencial de alimentos e adaptação de medidas existentes, tenham sido importantes, eles se mostraram limitados na garantia da SAN (Gurgel, 2020 et al., 2020 e Alpino et al., 2020). A ausência de certificação e titulação de terras não permitiram a inclusão de políticas públicas específicas para estes povos (Zigoni, 2020; Wille, 2020; Del Ré, 2022). Em síntese, este momento da pandemia evidenciou as desigualdades sociais no Brasil, e a ausência de dados específicos impede a avaliação integral do impacto dessas políticas na segurança alimentar das comunidades quilombolas em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança Alimentar. Pandemia. Políticas Públicas. Quilombolas.

Referências

ALPINO, Tais de Moura Ariza; *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidente da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 16 jun. 2021.



I Congresso Internacional em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental

Garanhuns, Brasil
2024

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Visão sobre o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 conjuntos. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em garantir o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 18 set. 2021.

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 25 conjuntos. 2021.

DEL RÉ, Mégui Fernanda; SANTOS, Vanessa Flores do; KOCH, Eleandra Raquel da Silva. Comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, pandemia e necropolíticas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 1, 2022.

FERREIRA, Adriana. Desafios e estratégias de comunidades quilombolas frente à COVID-19. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/desafios-e-estrategias-de-comunidades-quilombolas-frente-a-covid-19-atualizado/>. Acesso em: 18 conjuntos. 2021.

FUNDAÇÃO PALMARES. Certificação Quilombola. 2022. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 23 out. 2022.

GALINDO, Éryka; *et al.* Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Comida pela Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares numa Bioeconomia*, Berlim, n. 4, pág. 1-56, 13 de abril. 2021.

GURGEL, Aline do Monte; *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, pág. 49-56, 4 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 conjuntos. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

LIMA, Luciana Batista; MELO, Alyne Freira de; BARBOSA, Douglas Rafael e Silva. O território quilombola em comunidades do interior do Nordeste brasileiro: caracterização socioeconômica e estrutural preliminar. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 10, n. 13, p. e452101320899, 2021.

PEREIRA, Rogério Campos. A inconformidade entre as alíquotas dos benefícios de incapacidade laborativa alteradas pela EC n. 103/2019 e a antecipação de pagamento de benefícios durante a pandemia da Covid-19 da Lei 13.982/2020: reflexo na redução salarial e confisco. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 2, 2020.

SANCHEZ, Camilo Torres. Nota Técnica 005. Condições e índices de cumprimento de normas de isolamento social na área rural: povos tradicionais: indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amazonas.

SANTOS, Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos; *et al.* O desmonte das iniciativas governamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional: estudo de caso do município de Cuité-Paraíba, entre 2014 e 2019. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. e021025, 2021.

SANTOS, Marcos Vinícius Alves; *et al.* Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio à pandemia por Sars-CoV-2. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 00, pág. e021003, 2021.

WILLE, Patrícia Teresinha. Práticas agrícolas e consumo alimentar: indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. 2020.

ZIGONI, Carmela. Orçamento público voltado para as comunidades quilombolas no contexto da pandemia Covid-19. Brasília: Inesc, atrás. 2020.